

Notas introdutórias para uma interpretação da filosofia política em Platão

Introductory notes for an interpretation of political philosophy in Plato

FELIPE AUGUSTO MARIANO PIRES¹ / MÁRCIA BÁRBARA PORTELLA BELIAN²

Resumo: O presente trabalho consiste em notas introdutórias para a interpretação da filosofia política no *corpus platonicum*. Nosso objetivo foi apresentar alguns dos principais posicionamentos sustentados ao longo da história da interpretação dos diálogos platônicos, a saber, o unitarismo e o desenvolvimentismo, o textualismo e o contextualismo, a ordem de leitura dos diálogos, o problema da forma de diálogos, o “problema socrático”, as interpretações cética e dogmática, continental, esotérica e anti-esotérica e da Escola de Tübingen, a visão de Platão como “totalitário”, a importância do *Timeu-Critias* para o pensamento político platônico e a questão de quais diálogos representam a filosofia política de Platão.

Palavras-chave: Platão. Interpretação. Política.

Abstract: This work consists of introductory notes for the political philosophy's interpretation in the *corpus platonicum*. Our goal was to present some of the main positions held through the history of the interpretation of the platonic dialogues, to know, unitarianism and developmentalism, textualism and contextualism, the reading order of the dialogues, the problem of the form of dialogues, the “socratic problem”, the interpretations skeptical and dogmatic, continental, esoteric and anti-esoteric and the Tübingen School, the vision of Plato as “totalitarian”, the *Timaeus-Critias* importance to platonic political thought and the question of which dialogues represent Plato's political philosophy.

Keywords: Plato. Interpretation. Politics.

Considerações iniciais

A questão de como interpretar o *corpus platonicum* deixou de ser uma questão secundária para todos aqueles que estudam os diálogos de Platão. Podemos apontar como um marco dessa virada o livro *Interpreting Plato*, de Tigerstedt (1977), escrito na década de 1970, a partir do qual qualquer interpretação do filósofo ateniense passou a ter como condição prévia um posicionamento consciente e bem definido do próprio intérprete sobre como ele enxerga o conjunto dos diálogos. Mesmo que o estudioso não explicita a sua posição, este fatalmente toma alguma quando realiza qualquer trabalho acerca do filósofo em questão, podendo a falta de conhecimento em relação às principais posições adotadas ao longo da história da exegese platônica

¹ Professor Assistente (dedicação exclusiva) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Possui: Mestrado em Filosofia, Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Filosofia, pela Universidade Federal de Pernambuco, e Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade Integrada do Recife. E-mail: nitrorhiso@hotmail.com

² Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2011), graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). E-mail: marciabelian@hotmail.com

levar a incoerências, contradições, superficialidade e necessidade de revisões frequentes de suas afirmações (cf. WALLACH, 2001; TIGERSTEDT, 1977).

Com relação à filosofia política em Platão, o referido problema certamente se agrava, pois este campo de estudos foi historicamente bastante evitado pelos intérpretes, resultando em uma menor exploração com relação a outras disciplinas filosóficas, como a metafísica, a teoria do conhecimento e a ética. Diversos motivos podem ser levantados como causa do fato referido, como, por exemplo, as polêmicas ligando o pensamento platônico a Estados autoritários ou totalitários, a rejeição de muitos estudiosos do filósofo ao próprio campo da filosofia política, o próprio fato de uma parte significativa dos teóricos enxergarem a política como um tema de menor importância dentro da filosofia e uma tendência dos próprios estudiosos da filosofia política considerarem Platão um filósofo ultrapassado ou de menor importância.

É com relação ao último exemplo dado que este trabalho principalmente vai de encontro, pois enxergamos Platão como a pedra fundamental do campo da filosofia política, tendo definido a estrutura da própria disciplina, além dos seus principais temas e assuntos. Entendemos, a partir disso, que qualquer estudo em política fica deficitário se não fizer referência, mesmo que implícita, ao filósofo ateniense.

Considerando tudo o que foi exposto anteriormente, o presente trabalho tem caráter introdutório, mas também exploratório, o que é necessário a uma posterior interpretação da filosofia política no *corpus platonicum*. Objetivamos aqui expor alguns dos principais posicionamentos sustentados ao longo da história da interpretação dos diálogos platônicos, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas somente de fornecer um panorama útil, ilustrativo e suficiente das tomadas de posição necessárias à interpretação da filosofia política em Platão. Dois dos tópicos foram expostos no formato de polos opostos, com o intuito de ilustrar as escolhas que os estudiosos devem fazer, contudo, o leitor deve ter em mente que as interpretações podem muito bem se encontrar entre dois polos, tomando características de um lado e de outro. Os outros tópicos trazem correntes interpretativas que ganharam importância na história dos estudos platônicos.

Unitarismo versus desenvolvimentismo

A contraposição entre unitarismo e desenvolvimentismo é a mais ampla a respeito de como enxergar o *corpus platonicum* e versa em torno da seguinte questão: Platão teria (1) composto uma obra que reflete um pensamento único ou um sistema filosófico, que não se contradiz desde o seu primeiro escrito até o último, tendo um projeto claro desde o início, ou teria (2) desenvolvido sua filosofia e a alterado ao longo do tempo, fazendo avanços, tomando novas posições, revisando suas afirmações, chegando inclusive a rejeitar anteriores ensinamentos?

Charles Kahn (1996) coloca como ponto de início da posição unitarista o trabalho de Friedrich Schleiermacher, sendo citados também Hans von Arnim, Paul Shorey, Werner Jaeger, Paul Friedländer e a escola de Tübingen. Somos da opinião de que aqui podemos acrescentar também Karl Popper (1974). Ainda segundo Kahn, a visão desenvolvimentista remete a Karl Friedrich Hermann, tendo sido reforçada por Lewis Campbell. Já Magrini (2017) faz o unitarismo recuar até a Velha Academia Platônica³, trazendo uma citação de Gonzales (apud MAGRINI, 2017), que afirma que os mesmos não tinham o mesmo interesse nos diálogos que temos hoje, preocupando-se mais em desenvolver uma teoria oral comunicada por Platão, a dos princípios últimos. Para o mesmo autor, a Nova Academia também teria sido unitarista, mas cética. Rastreada até Arcesilau, esta teria visto Platão como um filósofo que utilizava suas habilidades argumentativas, retóricas e literárias para colocar em dúvidas os conceitos já postos, deixando, desta forma, o final de suas discussões e escritos sempre em aberto. Contudo, Magrini reconhece a importância de Schleiermacher para esta posição, afirmando que foi ele quem buscou primeiro sistematizar o pensamento platônico, enxergando o conteúdo dos diálogos como inseparável de sua forma. Para ele, a filosofia platônica seria a mesma desde o primeiro até o último diálogo, não devendo o intérprete, portanto, isolar as doutrinas. Magrini também destaca a importância de Shorey, que afirmou haver uma essência da filosofia platônica, apesar de aceitar a divisão cronológica dos diálogos em três grupos. Ainda na visão unitária podemos citar Harold Cherniss e Julia Annas.

George Klosko (2006) considera a visão desenvolvimentista dominante entre os estudiosos de Platão, tendo sido adotada pela maioria dos acadêmicos platônicos nos últimos duzentos anos. O desenvolvimentismo geralmente surge a partir de considerações acerca das diferenças que existem entre muitos diálogos, que é comumente explicada através da hipótese de que o filósofo ateniense teria mudado de visão e de ideias em diferentes épocas de sua vida. Portanto, a visão desenvolvimentista está intrinsecamente ligada à ordem dos diálogos e o seu principal desafio é explicar como o pensamento de Platão se desenvolve através do *corpus platonicum*.

O referido desafio já nos conduz imediatamente ao nosso segundo tópico, contudo, antes devemos expor a importância deste debate entre unitarismo versus

³ Prior (2012) tem uma classificação semelhante a Magrini, afirmando que o desenvolvimentismo é um fenômeno moderno e que os antigos platônicos eram unitaristas. Ausland (2012) difere de Kahn em relação à posição de Schleiermacher e Hermann, afirmando que eles tinham uma interpretação semelhante dos diálogos platônicos: (1) Platão deve ser entendido através dos diálogos, (2) os diálogos devem ser entendidos à luz da sua ordem de composição original e (3) todos os diálogos eram preliminares à exposição final trazida na *República*. Pelo que diz Ausland, podemos ver a posição tanto de Schleiermacher quanto de Hermann como um unitarismo já com um toque de desenvolvimentismo.

desenvolvimentismo para o estudo da filosofia política. Em primeiro lugar, se é adotada a posição unitarista, os diálogos mais conhecidos como “políticos”, como *A República* (1965), *O Político* (1975) e *As Leis* (1999) apresentam grandes diferenças entre si, parecendo mesmo se contradizerem, o que conduz o intérprete a uma situação de exegese bastante difícil para explicar qual seria a “unidade política” de Platão. Já a posição desenvolvimentista, apesar de não colocar o intérprete na posição de desfazer aparentes contradições, coloca-o na posição de ter que explicar quais são e onde ocorrem os desenvolvimentos da teoria política platônica e, pior, dizer quais livros ou passagens Platão teria corrigido e que, portanto, restam fora do “pensamento político final” de Platão.

Textualismo versus contextualismo

Como salienta John Wallach (2001), há dois modos de abordagem dos textos platônicos: o textualismo e o contextualismo. Ambos possuem seus próprios problemas. O textualismo é a abordagem de Platão somente pelo texto e que, muito ligado à filosofia analítica e ao desconstrucionismo, ignora a intenção autoral e a concretude histórica na qual Platão viveu e à qual seus diálogos responderam e absorve as questões dos pensadores antigos em um arcabouço conceitual moderno. Ainda segundo Wallach, tal posição começa com Schleiermacher e passa por nomes como Popper, Arendt, Barker e Derrida. Já o contextualismo, mais sustentado por historiadores e classicistas, subordinam os diálogos de Platão a forças históricas e posições políticas da antiguidade, ligando o pensador a interesses de classe e tomando suas afirmações como ideologia. Como exemplos dessa posição podem ser citados Ellen Wood e Neal Wood.

As duas posições, se tomadas de forma radical, parecem a nós trazer muitas dificuldades, em especial em relação à interpretação da filosofia política em Platão. Na posição textualista, o filósofo ateniense estaria completamente descolado de seu contexto histórico, sem contar o problema que é reduzir a interpretação de filósofos antigos à pura interpretação de texto, em especial com um instrumental conceitual moderno. Por outro lado, a posição contextualista faria desaparecer o caráter de livre pensador do filósofo, como se o mesmo não pudesse formular suas próprias ideias, sendo um mero joguete das suas circunstâncias. Resta claro que a posição mais acertada seria algo próximo ao meio-termo, mas nem isso afasta os problemas do intérprete – sabemos muito pouco tanto sobre aspectos fundamentais dos textos de Platão quanto sobre sua vida e suas opiniões políticas. Não temos nem certeza da ordem de escrita dos diálogos, o que nos leva ao próximo tópico.

A ordem de leitura dos *Diálogos*

A questão da ordem dos diálogos é especialmente importante para os estudiosos desenvolvimentistas. Todavia, mesmo os unitaristas terão que expor

aquilo que acreditam ser o sistema platônico em uma determinada ordem, que faz, sim, muita diferença no resultado final da sua exposição.

Carol Poster (1998) listou quatro modos de ordenar os diálogos platônicos. São eles: (1) A cronologia da composição (a mais adotada entre os desenvolvimentistas), (2) a cronologia dramática, (3) a ordem pedagógica e (4) a ordem teórica ou metafísica⁴. Segundo a autora, a própria ideia de ordenar os diálogos platônicos já traz em si um risco de circularidade hermenêutica, pois a ordenação dos diálogos já parte de um esquema interpretativo prévio (veremos mais à frente que testes estilométricos puros não são suficientes para ordenar os diálogos).

De acordo com Poster (1998), a ordem cronológica foi a mais discutida no século XX⁵ e a base desta ordem geralmente se fundamenta em testes estilométricos. Segundo a autora, trata-se de um critério questionável, por não admitir que Platão possa ter feito significantes revisões dos seus textos⁶. A ordem cronológica foi feita, algumas vezes, por classicistas ou filólogos tendo em vista os próprios propósitos dos seus domínios de estudo, contudo ela é mais frequentemente utilizada para uma interpretação genética da filosofia de Platão. Uma observação a ser feita é que tal forma de ordenar nunca é inocente, pois, mudanças na ordem sempre dão origem a mudanças de interpretação, restando enfatizada a circularidade hermenêutica apontada pela autora: seria a cronologia que daria suporte à interpretação ou vice-versa?

A ordem cronológica dos diálogos mais aceita é a que divide os diálogos platônicos em três grupos, formados por uma junção de considerações estilométricas, filosóficas e literárias. Para termos uma ideia desses grupos, citaremos, como o fez Klosko (2006), a classificação de Cornfold⁷: 1º grupo – *Apologia de Sócrates, Crítion, Láques, Lísias, Cármides, Eutífron, Hípias Menor, Hípias Maior, Protágoras, Górgias, Íon*; 2º grupo – *Mênomo, Fédon, República, Banquete, Fedro, Eutidemo, Menexeno, Crátilo*; 3º grupo – *Parmênides, Teeteto, Sofista, Político, Timeu, Crítias, Filebo, Leis*. O primeiro grupo, conhecido por diálogos “Socráticos” ou “aporéticos” é geralmente visto como centrados em

4 Nails (2012) também oferece quatro ordenações, de um modo um pouco diferente: a literária, a estilométrica, a temática e a histórica. Escolhemos abordar as ordenações de Poster pelo desenvolvimento mais completo oferecido e pela semelhança entre as duas tornar um pouco redundante a abordagem das duas. Contudo, a classificação de Nails também é um conteúdo a ser pensado pelo intérprete.

5 Nails (2012) considera que a abordagem cronológica foi a dominante durante 150 anos, mas que já começa a demonstrar enfraquecimento.

6 Ausland (2012) afirma que a “estilometria”, cujo pioneiro foi Campbell, apesar da inconsistência de seus resultados, trouxe toda uma mudança de visão em relação à interpretação da ordem dos diálogos platônicos, fazendo os acadêmicos saírem da ordem de Schleiermacher e Hermann.

7 As ordens mais assumidas hoje são aquelas que têm como base a ordem de Campbell (AUSLAND, 2012), que toma como segundo grupo os diálogos *Fedro, República, Parmênides e Teeteto* e como terceiro grupo *Timeu-Crítias, Filebo, Sofista, Político e Leis*, ficando todo o resto no primeiro grupo (PRIOR, 2012).

questões morais, o segundo é onde estaria concentrada a Teoria das Formas e o terceiro já seria mais voltado para a epistemologia e a metafísica. As visões que se tem sobre cada grupo implicam, para os desenvolvimentistas, alterações do próprio pensamento de Platão (KLOSKO, 2006).

A segunda cronologia descrita por Poster (1998), a dramática, vem ganhando uma relativa força nas últimas décadas. Esta enxerga os diálogos de Platão como uma narrativa, começando com Sócrates ainda jovem e culminando com a morte deste. Todavia, apesar de bastante atrativa, esta forma de ordenar os diálogos traz muitos problemas, como diálogos com datas vagas ou o surgimento de cronologias impossíveis, além dos diálogos “moldura” como *O Banquete*, onde fica a dúvida se se deve privilegiar a data da moldura externa ou a do diálogo interno.

A ordem pedagógica, ou paidêutica, que seria aquela com a qual dever-se-ia ensinar ou ler os diálogos, teria sido a mais frequente em comentários antigos, por ali não haver uma separação entre teorização e aprendizado, como no ensino moderno. Dois exemplos colocados por Poster (1998) são Trásilus, que firmou a ordem tetralógica e para quem explicar Platão era um processo de conversão à filosofia e treinamento da alma, e Alcinous, em seu *Didaskalikos*, onde estabeleceu um programa de cinco etapas que começava com a catarse (expelir falsas noções) e culminava no aprendizado da forma de contradizer os argumentos sofistas.

Já a ordem metafísica seguia de acordo com algumas progressões filosóficas, tomando a filosofia grega como atemporal, isto é, não ligando a mesma a noções de tempo.

O problema da forma de *Diálogos*

Klosko (2006) salienta a afirmação de Aristóteles de que os “diálogos socráticos” formavam um verdadeiro gênero literário, com representantes como Xenofonte e Ésquines e com a finalidade de preservar os ensinamentos de Sócrates. Corlett (2005) afirma que Platão expandiu o gênero muito além dos outros de seu tempo. Contudo, em Platão a forma de diálogos traz muitos problemas interpretativos.

Quando Platão escreveu os diálogos, o tratado não era um gênero estabelecido. Como há vários personagens nos diálogos, quem seria o próprio Platão? Klosko (2006) não vê problemas em identificar o personagem principal com o próprio Platão e cita o exemplo extremo de Cornfold, que chegou a editar a *República* mantendo apenas as falas de Sócrates, lembrando também que Aristóteles também toma o personagem principal como o próprio Platão na *República* e nas *Leis*. Contudo, apesar desta parecer uma posição dominante na interpretação dos diálogos, pode-se sempre argumentar que a mudança de personagem deve ter algum

significado na interpretação, deixando a dúvida sobre quais seriam de fato as afirmações do próprio Platão.

Corlett (2005) desenvolveu uma classificação mais elaborada sobre a questão, diferenciando entre a interpretação porta-voz, na qual os personagens comunicam as ideias do próprio Platão, e a anti-porta-voz, que seria justamente o contrário. A interpretação porta-voz, por sua vez, comporta duas versões: a porta-voz intencional, na qual os personagens refletem intencionalmente o pensamento de Platão, e a não-intencional, na qual uma reconstrução racional é possível para se chegar ao pensamento de Platão mesmo que não tenha sido sua intenção comunicá-lo através dos personagens. A interpretação anti-porta-voz acredita que Platão escreveu em diálogos para simular uma situação dialética entre o autor e o leitor e não para colocar doutrinas aos leitores. A porta-voz intencional é a mais comumente aceita, podendo ser citados Julia Annas, Terence Irwin, Charles Kahn e Richard Kraut. Do lado da anti-porta-voz podemos citar Gerald Press e Diskin Clay.

Em relação aos diálogos mais comumente relacionados ao pensamento político de Platão, esta questão toma uma ênfase especial, pois cada um dos livros tem um personagem principal diferente. Na *República* o personagem principal é Sócrates, no *Político*, o Estrangeiro de Eleia, nas *Leis*, o Estrangeiro Ateniese, e, se tomarmos o *Timeu-Critias* (2011), *Timeu* e *Critias*, devendo o intérprete, portanto, ter uma posição clara sobre a questão.

O “problema socrático”

O problema da forma de diálogos nos conduz necessariamente ao problema da diferenciação entre o Sócrates histórico e o Sócrates personagem de Platão. Se o intérprete acha que em algum momento há uma representação do Sócrates histórico nos diálogos platônicos, o que é dito ali deve ser atribuído a Sócrates, mas passa a haver a necessidade de se dizer onde começaria o próprio Platão. Se, por um lado, interpretações como a de Burnet e Taylor, que consideram em todo o corpus platônico o Sócrates como histórico, são geralmente rejeitadas, por outro, trabalhos como o de Xenofonte parecem conduzir ao entendimento de que os diálogos de Platão extrapolam o Sócrates histórico, mas mantêm em si muito deste. Segundo Klosko (2006), a maioria dos acadêmicos considera que Platão começa a falar por si nos diálogos do segundo grupo, com a Teoria das Formas.

Uma abordagem notória sobre o assunto é a abordagem vlastosiana. Vlastos considerava que o primeiro grupo de diálogos era a melhor evidência que se tem das visões do próprio Sócrates, começando Platão a falar através do personagem Sócrates nos textos do segundo grupo (McPHERRAN, 2012)⁸.

⁸ A ordem dos *Diálogos* apresentada por Vlastos é a seguinte: 1º grupo – *Apologia*, *Cármides*, *Críton*, *Eutífron*, *Górgias*, *Hípias Menor*, *Íon*, *Láques*, *Protágoras*, Livro I da *República*; grupo de transição –

De maneira geral, em relação à filosofia política de Platão, o problema socrático não levanta tantas controvérsias, já que é amplamente aceito que o Sócrates da *República* não seria o histórico, assim como o Sócrates do *Timeu*. Contudo, ainda assim cabe ao intérprete uma tomada de posição, já que, por exemplo, uma interpretação como a de Burnet e Taylor, referida acima, sempre é possível.

As interpretações cética e dogmática

De acordo com Annas (2003), estas duas interpretações fizeram parte do mundo antigo. A cética⁹ seria aquela em que Platão foi visto como um continuador do método socrático de questionamento e teria começado, após um período da Academia em que os sucessores de Platão desenvolviam suas próprias ideias. Arcesilau, por volta de 268 a.C., tomou a frente da Academia e seguiu o método socrático da forma que era exemplificado nos diálogos platônicos, um questionamento partindo das afirmações do interlocutor. Arcesilau considerava que, desta forma, fazia filosofia à própria maneira de Platão e que as afirmações positivas contidas nos diálogos nunca eram definitivas, mas sempre abertas a discussões futuras. Tarrant (2000) esmiúça a visão cética: nada é de fato afirmado como certo nos diálogos e tudo permanece sob investigação, com exames de todos os lados de uma questão.

Já a interpretação dogmática surgiu após a cética, ainda na Academia, no século I a. C.. Denominada “platonista”, esta interpretação dava ênfase às afirmações positivas de Platão e via os diálogos de Platão como estabelecendo um sistema de ideias, por meio de doutrinas. O trabalho desta fase é baseado em comentários às doutrinas platônicas e introduções à filosofia de Platão. Esta segunda tradição da Academia recebe duas denominações pelos estudiosos: Platonismo Médio e Neo-Platonismo (que começa com Plotino).

A interpretação dogmática é a mais familiar dos estudiosos de hoje. Segundo Annas (2003), esta interpretação é encarada praticamente como natural e uma interpretação alternativa, mais similar ao ceticismo platônico, na qual se afirma que Platão escreveu os diálogos mais para demonstrar seus métodos de fazer filosofia do que fazer afirmações positivas, só foi colocada no século XX e ainda não ganhou força argumentativa suficiente.

Apesar da interpretação cética ser bastante minoritária e não conseguir explicar diálogos onde o personagem principal faz longas exposições positivas de

Eutidemo, Hípias Maior, Lísias, Menexeno, Mênon; 2º grupo – *Crátilo, Fedro, Banquete*, Livros 2-10 da *República*, *Fedro, Parmênides, Teeteto*; 3º grupo – *Timeu, Crítias, Sofista, Político, Filebo, Leis*. Vlastos considera que o segundo grupo introduz a teoria das formas e o terceiro uma crítica a esta teoria e uma mudança de visão (McPHERRAN, 2012).

⁹ Tarrant (2000) prefere a denominação “não-dogmática”.

suas ideias, não deixa de ser uma possibilidade interpretativa, devendo o intérprete da filosofia política platônica levá-la em consideração. Como a visão dogmática muitas vezes conduz ao isolamento e descontextualização das doutrinas em relação ao resto dos diálogos, levando a interpretações apressadas e inconsistentes, a visão cética pode ser um contraponto importante.

A interpretação continental

Segundo Gonzalez (2012), a interpretação continental de Platão é aquela que possui como modelo a interpretação que Nietzsche faz do filósofo ateniense. Ao invés de buscar o que Platão quis dizer, o intérprete continental utiliza o texto platônico para fazer a sua própria filosofia, buscando um diálogo com o texto platônico nos dias de hoje, enxergando que existe uma tradição filosófica ocidental e tomando Platão como um representante privilegiado desta, devendo, portanto, as ideias platônicas serem combatidas. O ponto inicial, podemos assim dizer, da interpretação continental é Heidegger.

A interpretação continental pode também ser dividida entre aqueles filósofos que enxergam em Platão tanto os erros da tradição ocidental quanto os próprios meios de correção, e nesta posição podemos citar o próprio Heidegger, e aqueles que simplesmente combatem o pensamento de Platão, nos quais podemos citar Derrida e Arendt.

Em relação à filosofia política, o intérprete possui uma difícil tarefa ao considerar a interpretação continental, pois esta, apesar de estar intrinsecamente ligada à questão política, dificilmente aborda de frente os textos de Platão mais ligados à filosofia política, dando geralmente primazia a assuntos como a metafísica e o conhecimento. Além disso, esteve sempre ligada à política do século XX, considerando Platão como uma das sementes do que se passou de mal neste século, mas sem se deter o suficiente no contexto do mundo antigo. Portanto, apesar de parecer mais atrativa àqueles que desejam enveredar em um caminho filosófico menos interpretativo e mais “autoral”, a interpretação continental deixa de fora grande parte dos debates que são travados em relação aos diálogos platônicos e pode levar o estudioso a aderir a ela rápido demais, proferindo uma censura não devida a Platão e deixando de lado uma reflexão mais demorada e necessária sobre as outras interpretações existentes. Portanto, se a tarefa escolhida é interpretar o pensamento político de Platão, a interpretação continental é uma opção, mas uma visão mais abrangente aliada a ela se faz necessária.

A interpretação esotérica versus a anti-esotérica

A interpretação esotérica em Platão, como podemos ver em Richard (2005), é aquela que considera que havia um ensinamento oral de Platão, passado aos seus discípulos na forma de doutrinas não-escritas. A principal referência a tais doutrinas

situa-se na *Física* e na *Metafísica* de Aristóteles, onde o estagirita refere-se a determinadas doutrinas platônicas, que, todavia, não se encontram nos diálogos.

O início da interpretação esotérica, ainda de acordo com Richard, considerava as doutrinas não-escritas de Platão um fenômeno tardio. Richard cita autores como Robin, Stenzel, Ross, Cornford, Merlan, Wilpert e Vogel, que teriam tratado das doutrinas não-escritas sob um prisma evolucionista, no qual tais doutrinas representariam um período do pensamento platônico posterior aos diálogos.

Richard atribui o início da posição anti-esotérica a Schleiermacher, por aplicar aos diálogos platônicos o princípio protestante da *sola scriptura*, causando uma desvalorização da transmissão oral dos ensinamentos de Platão. Posteriormente, Cherniss teria realizado uma radicalização da posição de Schleiermacher, em resposta aos autores citados anteriormente, colocando em questão a própria credibilidade de Aristóteles como doxógrafo de Platão.

A escola de Tübingen

De acordo com Nikulin (2012), quem deu origem à Escola de Tübingen foi Hans Joachim Krämer e Konrad Geiser. Posteriormente aderiram à mesma Heinz Happ, Thomas Szlezák, Jürgen Wippen, Vittorio Hösle e Jens Halfwassen. Fora da Alemanha, Giovanni Reale e Marie-Dominique Richard. Esta escola acredita que o ensinamento que Platão deu a seus discípulos pode ainda ser rastreado nos fragmentos da Velha Academia, do Platonismo Médio e do Neoplatonismo, caminho que teria percorrido e que permite hoje a reconstrução, começando com os discípulos mais próximos de Platão e utilizando outros pensadores antigos, de uma visão sistemática, onde a ênfase está na reconstrução histórica e crítica de um conjunto consistente das doutrinas platônicas, que formam um todo. Trata-se, portanto, de uma visão unitária.

Segundo Hadot (2005), o ponto distintivo da Escola de Tübingen dentro da interpretação esotérica é que tal escola não considera o ensinamento oral de Platão um fenômeno tardio, mas a própria essência do pensamento platônico, o único conhecimento válido, indispensável para o entendimento dos diálogos.

A Escola de Tübingen foi recebida com grande entusiasmo por Reale (2010), que faz um paralelo da interpretação de Platão com os paradigmas de Kuhn, ficando implícito que, para ele, a interpretação de Tübingen seria o novo paradigma a ser adotado pelos estudiosos de Platão.

A visão de Platão como filósofo “totalitário”

A ascensão dos totalitarismos no século XX refletiu e ainda reflete na interpretação de Platão, sendo algo que exige uma posição do intérprete. Segundo Wallach (2001), contribuiu para uma interpretação de um Platão totalitário o fato de

que Martin Heidegger, em maio de 1933¹⁰, parece ter transposto a tripartição de classes da *República* para uma visão da “essência” da sociedade alemã. De acordo com este, para as correntes do liberalismo, pragmatismo e pós-estruturalismo, durante e após a Segunda Guerra Mundial, Platão passou a ser visto como uma espécie de ancestral do totalitarismo, como um pensamento a ser evitado.

Contudo, o que parece mesmo ter dado muita força a esta posição foi o poder de argumentação do livro de Popper (1974), no qual ele mostra enxergar Platão como um conservador totalitário intencional, reagindo contra os novos movimentos democráticos surgidos na Atenas de sua época. O livro se passa como uma espécie de julgamento histórico, onde Platão um antigo é julgado por padrões modernos. A interpretação de Popper, como já dissemos anteriormente, encaixa-se em um unitarismo, sendo que focado quase que exclusivamente na *República*, ficando o *Político* e as *Leis* apenas como fonte de passagens confirmatórias do que Popper estava acusando Platão.

Muito provavelmente a tentativa de Owen¹¹ (1967) de jogar o *Timeu-Crítias* para o segundo grupo de escritos platônicos tem relação com a crítica de Popper, pois fica muito difícil de defender Platão de uma acusação de totalitarismo quando se lê a *República* tendo como pano de fundo os acontecimentos do século XX, sendo mais fácil descartar este livro, assim como as *Leis*, afirmando que o pensamento de Platão desenvolveu-se em um sentido mais democrático, focando-se apenas no *Político*.

29

A importância do *Timeu-Crítias* na interpretação da política platônica

Apesar da pouca aceitação que recebeu a tese de Owen (1967), que buscou passar o *Timeu-Crítias* para o segundo grupo de diálogos platônicos, o artigo em questão, em seu tópico denominado *Second Thoughts on Government*, termina por ressaltar a importância dos diálogos *Timeu* e *Crítias* para a interpretação da filosofia política de Platão, que geralmente se concentra na tríade *República*, *Político* e *Leis*, como nos mostram o clássico de Barker (1951) e o relativamente recente livro de Klosko (2006). A resposta de Gill (1979) a Owen, mais de uma década depois, só fez ressaltar essa importância.

Quais são os *Diálogos* que representam a filosofia política de Platão?

Apesar de, como já foi afirmado anteriormente, os diálogos geralmente considerados como aqueles políticos de Platão serem a *República*, o *Político*, e as *Leis*, levanta-se a questão, como também antes dito, da importância do *Timeu-*

¹⁰ *The Self-Assertion of the German University*. In: *Martin Heidegger and National Socialism*. Um discurso que se seguiu à aceitação do reitorado de Universidade de Freiburg.

¹¹ Cf. *Second Thoughts on Government*. In: *The Place of The Timaeus in Plato's Dialogues*.

Crítias para uma análise mais completa do pensamento político de Platão, conforme fica salientado no debate Owen-Gill. Todavia, a questão se aprofunda ainda mais quando levamos em consideração outros diálogos, em sua maioria “socráticos”, que trazem muitos temas que são também relacionados à política. Podemos citar como exemplo o trabalho de Wallach (2001), que estuda a arte política de Platão, em seu terceiro capítulo, em diálogos como *Apologia de Sócrates*, *Eutidemo*, *Protágoras*, *Górgias*, *Láques*, *Cármides* e *Mênnon*.

Considerações finais

Como dissemos anteriormente, este trabalho não teve a intenção de esgotar o assunto sobre as possibilidades de interpretação dos diálogos platônicos tendo como enfoque a filosofia política. Buscamos, todavia, fazer um trabalho exploratório sobre o assunto para orientar uma futura interpretação da filosofia política platônica. Começamos pela classificação mais abrangente, a distinção entre unitarismo e desenvolvimentismo, onde pudemos ver que o desenvolvimentismo é um fenômeno moderno, impulsionado pelas cronologias baseadas na estilometria, que ganhou muito terreno na interpretação dos diálogos, mas que ainda é constantemente desafiado pelo unitarismo. Passamos então à questão do textualismo e do contextualismo, onde o foco de discussão se encontra em qual medida devemos dar ênfase à contextualização histórica dos diálogos. Em seguida, trouxemos à tona a ordem dos diálogos, que em si mesma é um problema para o intérprete, que simplesmente tem que decidir, entre muitas opções e debates, qual a ordem a ser utilizada. Depois, veio a questão do próprio formato de diálogo, que deixa sempre a dúvida de quais seriam as afirmações do próprio Platão. Na sequência, abordamos o problema “socrático”, que levanta questionamentos sobre onde estaria o Sócrates histórico e o Sócrates personagem de Platão nos diálogos. Após isso, vieram as exposições das interpretações cética e dogmática, continental, esotérica e anti-esotérica, da Escola de Tübingen e do Platão “totalitário”, nas quais vimos, respectivamente, o Platão continuador do método socrático de questionamento, o que faz afirmações positivas, o representante privilegiado da tradição filosófica ocidental, o que teria realizado um ensinamento oral a seus discípulos diferente daqueles contidos nos diálogos, o que não teria diferenciado seu ensinamento oral do que escreveu nos diálogos, o que, além de ter realizado este ensinamento oral diverso do contido nos diálogos, reservou à oralidade o que havia de mais essencial no seu pensamento, uma doutrina sem a qual não se pode compreender os próprios diálogos, e o precursor do totalitarismo do século XX. Por fim, vieram os questionamentos da importância do *Timeu-Crítias* para o estudo da filosofia política de Platão e de quais diálogos seriam aqueles “políticos”, já que muitos diálogos, em especial os “socráticos” trazem temas relacionados à política.

Para concluir este trabalho, devemos salientar que todas as posições citadas relacionadas à interpretação de Platão permanecem, de alguma forma, ativas, ainda

vivas e com defensores no debate, sendo, por conseguinte, todas elas opções viáveis ao intérprete. A importância de se ter consciência dessas posições não se encontra apenas no fato de que todo intérprete sempre estará tomando uma posição neste debate, mas também de que um trabalho consistente deve tomar uma posição buscando conscientemente responder às posições diversas.

Referências

- ANNAS, J. *Plato: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- AUSLAND, H. “Nineteenth-century Platonic scholarship”. In: PRESS, Gerald. *The Continuum Companion to Plato*. Londres; New York: Continuum International Publishers, 2012.
- BARKER, E. *Greek political theory: Plato and his predecessor*. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1951.
- CORLETT, J. A. *Interpreting Plato’s Dialogues*. Las Vegas: Parmenides Publishing, 2005.
- COOPER, M; HUTCHINSON, D. *Plato: Complete works*. Indianapolis: Hackett, 1997.
- GILL, C. “Plato and politics: The *Critias* and the *Politicus*”, in *Phronesis*, v. 24, n. 2, 1979, p. 148-167.
- GONZALEZ, F. “Continental approaches”. In: PRESS, G. *The Continuum Companion to Plato*. Londres; New York: Continuum International Publishers, 2012.
- HADOT, P. “Préface”. In: RICHARD, Marie-Dominique. *L’enseignement oral de Platon*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2005.
- KAHN, C. *Plato and the Socratic Dialogue: the philosophical use of a literary form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KLOSKO, G. *The development of Plato’s political theory*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press: 2006.
- MAGRINI, J. *Reconceptualizing Plato’s Socrates at the limit of education*. New York: Routledge, 2017.
- McPHERRAN, M. “Vlastosian approaches”. In: PRESS, G. *The continuum companion to Plato*. Londres; New York: Continuum International Publishers, 2012.
- NAILS, D. “Compositional Chronology”. In: PRESS, G. *The continuum companion to Plato*. Londres; New York: Continuum International Publishers, 2012.
- NIKULIN, D. *The Other Plato: The Tübingen interpretation of Plato’s inner-academic teachings*. New York: State University of New York, 2012.
- OWEN, G. “The Place of the *Timaeus* in Plato’s Dialogues”. In: ALLEN, R. *Studies in Plato’s Metaphysics*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- PLATÃO. *A República*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1965.

_____. *As leis: Epinomis*. São Paulo: Edipro, 1999.

_____. *Político*. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Coleção Os Pensadores).

_____. *Timeu-Crítias*. Trad: Rodolfo Lopes. Coimbra: Ect, 2011.

POPPER, K. *A sociedade aberta e seus Inimigos*. Trad: Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

POSTER, C. “The Idea(s) of Order of Platonic Dialogues and their Hermeneutic Consequences”, in *Phoenix*, v. 52, n. 3/4, 1998, p. 282-298.

PRIOR, W. “Developmentalism”. In: PRESS, G. *The continuum companion to Plato*. Londres; New York: 2012.

REALE, G. *Per una nuova interpretazione di Platone alla luce delle “Dottrine Non Scritte”*. Milão: Bompiani, 2010.

RICHARD, M-D. *L’enseignement oral de Platon*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2005.

TARRANT, H. *Plato’s first interpreters*. New York: Cornell University Press, 2000.

TIGERSTEDT, E. *Interpreting Plato*. Estocolmo: Almqvist & Wiksell International, 1977.

WALLACH, J. *The platonic political art: a study of critical reason and democracy*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2001.